

## ELETOBRAS/FURNAS

# Aqui não tem golpe

Continuamos na luta e algumas coisas devem ser pontuadas para que não restem quaisquer dúvidas a respeito do posicionamento das entidades sindicais que representam os direitos da categoria.

O primeiro deles é que continuamos abertos ao diálogo, seguindo, até, a recomendação do Tribunal de que as partes estabeleçam um diálogo que possa dirimir o impasse criado pela intransigência da empresa, que insiste em manter uma proposta que já foi rejeitada pela categoria em assembleia livre e democrática.

O posicionamento das entidades, inclusive, foi corroborado pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que também entende que a proposta apresentada pela empresa não merece, sequer, ser apreciada novamente.

Nesse sentido, o Sindicato só voltará a convocar nova Assembleia quando a empresa voltar à mesa de negociação com uma proposta que mereça ser avaliada pela categoria.

Os esclarecimentos acima se fazem necessários em função de denúncia protocolada no Ministério Público do Trabalho por um funcionário que foi demitido pela empresa e quer receber indenização através do Plano de Demissão Consensual (PDC) previsto no acordo vigente.

É um posicionamento que respeitamos,

mas fere o princípio sindical de defesa em favor de todos e não de uma determinada pessoa ou grupo, e o nosso entendimento é que as demissões sequenciais que têm acontecido podem ser caracterizadas como demissão em massa e essa discussão ainda será travada no foro adequado.

Independente disso, a assembleia soberana entendeu que se tivéssemos aceitado a proposta de Acordo Coletivo, teríamos centenas de demissões executadas em nossas bases. As demissões que estão sendo praticadas nas bases que não aceitaram o acordo

são um claro elemento de coação e pressão da categoria com o objetivo de inflar as bases para desesperadamente buscar saídas como uma nova assembleia.

Democraticamente respeitamos iniciativa de denúncias e eventuais questionamentos, mas precisamos defender o princípio sindical de respeito ao resultado da Assembleia. Não podemos rever a mesma proposta por pressão de quem quer que seja

Estamos no caminho certo e não podemos nos submeter a uma proposta que, uma vez aprovada, reduziria o quadro funcional a um mínimo que coloca em perigo a manutenção do sistema e, por consequência, o fornecimento de energia aos consumidores.

Juntos, somos mais fortes!

**DECISÃO  
DE ASSEMBLIA  
É SOBERANA**